

HORAS ADMINISTRATIVAS

CONSAD DECIDE APLICAR NOVOS VALORES JÁ EM OUTUBRO

A decisão ocorreu pois segundo o reitor Dirceu de Mello "a data de 9/10 corresponde à data limite para divulgação dos horários para a graduação e pós-graduação para o primeiro semestre de 2010"

O pagamento das horas administrativas voltou a ser pautado no Conselho de Administração (Consad). No dia 4/9, uma carta assinada pela Reitoria, na qual aponta a possibilidade do não pagamento das horas administrativas aos docentes que assumiram cargos a partir de 1/8, surpreendeu os professores. O argumento utilizado foi que o Consad não deliberou sobre a matéria.

Todos os diretores, com exceção dos diretores do curso de Direito e Teologia, escreveram uma carta (íntegra na página 3) solicitando uma resposta do reitor Dirceu de Mello, garantindo que não haja "prejuízos aos salários de agosto de docentes com horas administrativas que tiveram seus contratos rebaixados, com a imediata complementação do salário pelo período já trabalhado". O Conselho definiu que os diretores terão que apresentar, em até cinco dias, um ofício sobre o número de alunos e de cursos oferecidos, além de relatar todas as horas administrativas pagas em sua unidade.

O ofício também deve conter o número de horas que o diretor acredita ser necessário para cada fun-

ção, como diretor adjunto, coordenador de curso e chefe de departamento. Sendo assim, a deliberação número 1 do Consad, que, entre outras coisas, previa o pagamento em faixas de horas, passa a vigorar a partir do dia 9/10, correspondente à data limite da divulgação de horários da graduação e pós-graduação do primeiro semestre de 2010.

Uma reunião extraordinária foi convocada para o dia 18/9, na qual o Consad determinará quantas horas administrativas serão pagas a cada função. Portanto, a partir de outubro, os professores passarão a receber o novo valor das horas administrativas estabelecidas pelo Consad, de acordo com o número de cursos e alunos por faculdade.

NOVAS CONTRATAÇÕES

Por fim, o Conselho decidiu que nenhum outro professor será contratado para o corrente semestre, a não ser em caso de falecimento ou afastamento de professor. Tal decisão foi tomada, pois os conselheiros compreendem que já se passou muito tempo desde o início do semestre letivo, caracterizando falta de planejamento das faculdades.

**TRIBUNAL SUPERIOR DO
TRABALHO JULGA READMISSÃO
DE PROFESSORES DA PUC-SP**

PÁGINA 2

**UNIVERSIDADE TEM 45 DIAS
PARA APRESENTAR PROPOSTAS
SOBRE DÍVIDA DOS DOCENTES**

PÁGINA 4

EDITORIAL

Militarização da América Latina

No editorial passado, comentamos os 70 anos da 2ª Guerra Mundial. As lições da hecatombe são visíveis e inesquecíveis, apesar de estarem distantes a 7 décadas. A memória viva dos acontecimentos de 1939 a 1945 se projeta nos conflitos atuais. Eis a guerra no Iraque e Afeganistão. Eis as ameaças de confronto militar das potências com o Irã. Eis os conflitos entre Israel e Palestina. Faz parte desse quadro o plano dos Estados Unidos de montar bases na República Checa e na Polônia, na fronteira com a Rússia.

Recentemente, o Equador não renovou o acordo com os Estados Unidos sobre sua base militar em Manta. Foi o suficiente para que o governo norte-americano abrisse várias delas no território colombiano. Completa essa investida o "Plano Peru", ao estilo do Plano Colômbia, que permitirá aos Estados Unidos aplicarem US\$ 1,2 bilhão. A justificativa é de combater o Sendero Luminoso e o narcotráfico, mesmo argumento utilizado na Colômbia em relação às Farcs.

As novas bases na Colômbia, segundo o governo norte-americano, têm a mesma fundamentação. Procura-se ocultar o intervencionismo militar motivado por razões econômicas e de domínio estratégico da potência do norte.

Governos débeis, como o da Colômbia e do Peru, servem de porta de entrada para o intervencionismo imperialista. Os problemas internos, como os das Farcs, Sendero Luminoso e narcotráfico, são utilizados como fachada para a expansão militarista dos Estados Unidos na América Latina. A ninguém com um pouco de informação se pode esconder que o narcotráfico é uma forma de produção de mercadoria, controlado por uma fração burguesa narcotraficante, e que os Estados Unidos são o maior mercado. Em suas fronteiras o narcotráfico se movimenta sem

que o governo norte-americano lhe desfeche golpes mortais. Quanto às Farcs e ao Sendero Luminoso e quanto ao seu vínculo com o narcotráfico cabe somente ao povo desses países decidirem sua sorte.

A doutrina insipiente da era Bush de que a soberania das nações tinha sido relativizada com a globalização tem continuidade no governo Obama. Excetuando os governos da Colômbia e do Peru, os demais mostraram em palavras, mais ou menos radicais, contrários à instalação das bases. Apesar dessa unanimidade, os Estados Unidos ignoraram a manifestação, apenas dando explicações esfarrapadas sobre o avanço do narcotráfico.

Ressalta o fato dos governos, reunidos na Unasul, se mostrarem impotentes, e em alguns casos, complacentes. A ideia de que nada poderia ser feito contra o acordo militar porque se tratava de um ato de soberania da Colômbia comprova a vilania e covardia dos governos da Unasul, que assim se proferiram. Não se trata de soberania da Colômbia, mas de intervenção militar da maior potência mundial sobre a América Latina.

A crise mundial abriu uma etapa de convulsão econômica e social em escala ampliada. O que quer dizer que os interesses das potências ainda estão por se contraporem. Os países de economia atrasada terão de arcar com o maior peso, principalmente aqueles que detêm ricas fontes de matérias-primas. Não é coincidência o fato dos Estados Unidos reativarem a IV frota no Atlântico e instalarem bases na Colômbia. A descoberta do pré-sal, as potencialidades da Amazônia e jazidas como as de ferro, de conjunto, passam a ter importância diferenciada. Não se pode relevar esses fatores econômicos diante da ampliação do poder militar dos EUA em nosso continente.

Diretoria da APROPUC



Acima, professores e estudantes da PUC-SP comemoram a sentença do júri que previa a volta dos docentes demitidos; no destaque a defesa do advogado do Sinpro-SP, João José Sady

Julgamento em Brasília decide sobre reintegração dos demitidos

Nesta segunda-feira, dia 14/9, às 13h, no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, acontece o julgamento do recurso impetrado pela Fundação São Paulo contra a sentença de reintegração dos professores demitidos em 2006.

Em fevereiro de 2006, a PUC-SP realizou uma demissão em massa de professores e funcionários. Somadas às demissões pontuais que já vinham ocorrendo durante todo o ano de 2005, o número de demissões aproximou-se de 1000.

A APROPUC, juntamente com o Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP), entrou com uma ação junto à Delegacia Regional do Trabalho, reivindicando a volta dos professores demitidos. Dessa ação ficaram fora aqueles professores que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária e aqueles que optaram por ações individuais.

No dia 6 de abril de 2006 acontecia o primeiro julgamento da ação e, por unani-

midade, os juízes deram ganho de causa aos professores da PUC-SP, ordenando sua imediata reintegração. Na sua defesa o advogado do Sinpro-SP, João José Sady argumentou que "a PUC-SP age como se a educação fosse um negócio como se estivesse comerciando conhecimento. Mas esse produto recebe em nosso país uma proteção diferente. (...) o processo vai corroendo a alma da universidade, transformando a PUC numa fábrica de salsichas, não mais numa universidade".

A Fundação São Paulo recorreu da decisão e o processo foi para o Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, que dará a sentença sobre a questão.

A advogada da APROPUC, Sabrina Chagas acompanha em Brasília o desenrolar do julgamento, que será anunciado pelo site da APROPUC (www.apropucsp.org.br), e o jornal **PUCViva** da próxima semana publicará o resultado do julgamento.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 –
CEP: 05009-000 –
Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de
Almeida 990 – Sala CA 02 –
Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 – **Correio
Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:**
www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa,
Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Gabriela Moncau

**Projeto Gráfico, Edição de Arte
e Editoração:** Valdir Mengardo
e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz
Abramides, João B. Teixeira,
Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra
e Victória C. Weischtordt

Diretores cobram pagamento das horas administrativas

Segue abaixo a íntegra da carta feita por todos os diretores de faculdade ao reitor Dirceu de Mello, com exceção dos diretores das Faculdades de Teologia e Direito, ao Consad.

Mais uma vez, fomos surpreendidos, na data de hoje, por comunicação genericamente subscrita pela Reitoria, na qual se aponta a possibilidade de não pagamento de horas administrativas a docentes que assumiram cargos a partir de 01/08/09, relativos ao mês de agosto, argumentando que o Consad não deliberou sobre a matéria.

Esclarecemos que este comunicado nos deixou surpresos e estupefatos, uma vez que compreendemos anteriormente que Diretores, Reitoria e Consad haviam acordado que qualquer discrepância com relação à atribuição de tais horas neste mês seria previamente informada e discutida com as chefias acadêmicas. No entanto, somos confrontados com uma situação que parece irreversível neste momento, uma vez que a DRH informa que a Folha de Pagamento de agosto já foi completada, sem que sequer saibamos a extensão de supostos problemas em contratos.

Em resposta ao referido comunicado enviado, solicitamos a solução de eventuais desajustes em relação ao pagamento de horas em agosto de 2009, visto que:

(a) Certificamos as fichas cadastrais dos docentes das Faculdades estritamente de acordo com as normas vigentes e no prazo estipulado pela universidade;

(b) Respondemos a todas as dúvidas levantadas pela DRH logo após a referida certificação e, segundo as informações então prestadas pela funcionária responsável pela folha de pagamentos, o fizemos a contento;

(c) Algumas Faculdades, ademais, enviaram ofício ao Consad e à Reitoria, mais uma vez no prazo devido, justificando todas as horas consignadas como administrativas, com tempo, portanto, para que as eventuais diferenças fossem discutidas com os interessados. Além disso, os docentes com horas administrativas de várias Faculdades preencheram o formulário previsto pelo Ato 03/2009, encaminhando-o à Reitoria. Cabe ressaltar, inclusive, que em relação a estes ofícios e aos formulários não houve resposta por parte da Reitoria, nem do Consad, fazendo crer que havia consenso sobre as chamadas horas administrativas consignadas nas fichas cadastrais.

(d) Não fomos informados por qualquer instância desta universidade sobre a existência de eventuais problemas com fichas cadastrais certificadas nas Faculdades e, mesmo na data de hoje, o comunicado enviado pela Reitoria não esclarece quais são os casos supostamente em divergência.

(e) Entendemos que o pagamento de horas administrativas, segundo parâmetros para cargos anteriormente existentes, também não está sendo cumprido adequadamente. Além disso, cargos que não existiam anteriormente - por exemplo, Diretor de Faculdade e Diretor Adjunto - conforme previstos na nova estrutura organizacional, serão fortemente afetados pelo pagamento a menor de horas já trabalhadas no exercício de tais funções, o que faz supor uma desqualificação, por parte da Administração Superior, do trabalho destes gestores.

Assim, solicitamos, COM URGÊNCIA URGENTÍSSIMA:

1. Resposta de Vossa Magnificência, garantindo que não haverá prejuízos aos salários de agosto de docentes com horas administrativas que tiveram seus contratos rebaixados, com a imediata complementação do salário pelo período já trabalhado;

2. Que na próxima sessão do Consad, a se realizar no dia 11/09, a questão das horas administrativas seja pautada, para que as impropriedades cometidas sejam devidamente reparadas, garantindo que ao trabalho efetivamente realizado corresponda o justo salário docente.

No aguardo de vossa manifestação, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Prof. José Eduardo Martínez - Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde; Prof. Juarez Torino Belli - Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais; Prof. Luiz Carlos Campos - Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas; Prof^a. Maria Amália Pie Abib Andery - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde; Prof^a Maria Margarida Cavalcanti Limena - Faculdade de Ciências Sociais; Prof^a. Neide de Aquino Noffs - Faculdade de Educação; Prof^a Sandra Carmargo Rosa Mraz - Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes.

PUC-SP tem 45 dias para apresentar proposta sobre atrasados

Em mesa de conciliação realizada na Delegacia Regional do Trabalho, no dia 8/9, ficou acertado que a PUC-SP deverá apresentar até 23/10, deste ano, uma proposta para pagamento dos valores em atraso nos salários dos professores, referentes à não incorporação do índice de reajuste de 7,66% de março de 2005.

Estavam presentes na reunião a professora Bia Abramides, pela APROPUC, o professor Luiz Antonio Barbagli, presidente do Sinpro-SP, o professor Nicolas Nuñez Alvarez, pela Fundação São Paulo, o professor José Heleno Mariano, pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, pela Reitoria.

RECONHECIMENTO DA DÍVIDA

Durante o encontro tanto a Reitoria como a Fundação reconheceram a dívida contraída com os professores e apresentaram as dificuldades para saldá-la. A diretora da entidade ressaltou que os professores não querem, de forma alguma, inviabilizar a universidade, mas cobram um direito da categoria e que, se não for

solucionado agora, pode ter sua aplicação prescrita pela legislação trabalhista.

Em princípio os gestores da universidade propuseram um prazo de 60 dias para que fosse formulada uma proposta de pagamento da dívida. Porém a APROPUC e o Sinpro-SP acharam um período muito longo, e por fim a mediadora Marisa Domingos Giglio encaminhou uma proposta de consenso que determina um prazo de 45 dias, que se expira em 23/10, para que a PUC-SP apresente a sua proposta.

HISTÓRICO DA DÍVIDA

A dívida que hoje chega a 480,52%, vem do período em que a universidade começa a vivenciar uma das piores crises de sua história. Já em 2004, ainda sob a gestão do professor Antonio Carlos Ronca, o índice de reajuste dos professores sofreu atraso em sua incorporação, gerando uma dívida que, em 2009, chegou a 80% de um salário docente.

Em 2005 a Reitoria deixou de incorporar aos salários os 7,66% referentes

DÍVIDA DA PUC-SP COM OS PROFESSORES

A partir de maio de 2005 os professores deveriam ter incorporados aos seus salários 7,66%. Somados mês a mês, até agosto de 2009 e reajustados pelo ICV-Dieese, esses valores representam

480,52%

SOBRE O SALÁRIO BASE DE MAIO/2005.

ao reajuste anual.

Em julho de 2005, já na gestão Maura Vêras, APROPUC e Reitoria acertaram o pagamento da diferença, que seria saldada em três parcelas, a partir de abril/2006. O índice de 7,66% também seria incorporado ao salário em janeiro de 2006.

Essa proposta não foi cumprida e a cada mês os professores têm o seu salário defasado em 7,66%, que, somados à desvalorização inflacionária, chegou aos 480,52%.

No final da gestão Maura Vêras, o professor Flávio Saraiva colocou em um Conselho Universitário a dificuldade de pagamento que a Reitoria estava encontrando para saldar a dívida. Chegou então a levantar a possibilidade de que os valores fossem pagos somente quando cada docente se aposentasse ou quando saísse da universidade.

Com a posse do professor Dirceu de Mello a APROPUC voltou a tentar negociar as dívidas. Conseguiu parcelar a menor delas, referente a 2004, que está sendo paga em 36 vezes. Porém os gestores não ofereciam solução para 2005, que, segundo eles, poderia inviabilizar a universidade. Em uma mesa de negociação levantou-se a impossibilidade de pagamento antes de 2012, data em que a maior parte da dívida bancária da universidade termina.

Preocupada com a possível extinção da dívida, a APROPUC chamou a mesa de conciliação na DRT que determinou o prazo para a PUC-SP. No dia 28/8 o reitor Dirceu de Mello já havia formado uma comissão, com membros da Reitoria e da Fundação São Paulo, para estudar formas de encaminhamento da questão.

O SITE DA APROPUC TEM AGORA ATUALIZAÇÃO DIÁRIA. SAIBA O QUE ESTÁ ACONTECENDO NA UNIVERSIDADE E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS ACESSANDO

www.apropucsp.org.br

Funcionário aguarda manifestação da comissão processante

O funcionário Cristiano Terra de Menezes apresentou prova documental à comissão processante e aguarda manifestação da mesma, o que deve ocorrer ainda nessa semana. Após essa manifestação a defesa dará andamento ao processo.

Durante a fase de oitivas foram ouvidas 11 testemunhas e o jornal **PUCviva** acompanhou todos os depoimentos. Assim que for concluída a tramitação do processo,

revelará o seu conteúdo.

Após o fim do processo, a comissão apresentará um relatório ao Conselho de Administração (Consad), que determinará a sentença ao funcionário. Cabe lembrar que a atribuição de punição aos membros da comunidade puquiãna em caso de falta administrativa grave foi aprovada no novo regimento e, excetuando o reitor, nenhum dos conselheiros foi eleito pela comunidade.

ACUSAÇÕES CONTRA O FUNCIONÁRIO

Cristiano está sendo acusado de usar maconha e ingerir bebida alcoólica dentro das dependências da universidade. As acusações feitas pela empresa Grabrer foram encaminhadas ao Consad e o primeiro parecer foi pela sua demissão por justa causa, mas depois de muita pressão do funcionário e do Comitê Contra os Efeitos

da Crise, que entendia a demissão como arbitrária e antidemocrática, o Consad voltou atrás, por falta de provas concretas, e instaurou um processo administrativo para melhor avaliar a situação.

A comissão processante iniciou os trabalhos com o retorno das aulas no segundo semestre de 2009 e tem um prazo de até 60 dias para apresentar seu relatório ao Consad, que julgará novamente o caso.

Reitor cancela Audiência Pública

Conforme noticiamos na seção Rola na Rampa, da edição 711, o reitor Dirceu de Mello respondeu ao convite feito pelo Comitê Contra os Efeitos da Crise para uma segunda Audiência Pública no dia 9/9, dizendo que não poderá comparecer. O professor enviou um ofício à APROPUC explicando as razões do não comparecimento, mas, assim como fez na primeira Audiência Pública, confirmou que está disposto a participar da segunda edição do evento.

O Comitê continuará construindo outras atividades e cobrando o reitor para que ocorra a audiência. As entidades que compõem o Comitê entendem que é essencial estabelecer uma ponte entre a comunidade e o reitor. Além disso, é uma ótima oportunidade de compreender qual o papel do reitor nesse ambiente em que a Fundação São Paulo diminui cada vez mais a autonomia da comunidade puquiãna. Abaixo a íntegra da resposta do professor Dirceu.

À presidente da APROPUC

Na forma do que lhe adiantei por telefone, razões de ordem superior - trabalho e compromissos inesperados -, impedem-me de conceder a Audiência Pública, a ter lugar, conforme sugerido por V.Sa., no corrente mês de setembro.

Através de contato direto que pretendo manter com a ilustre Presidente, espero poder ar-

ticular, ainda para o segundo semestre do ano em curso, aquela que corresponderá à 2ª Audiência Pública de minha gestão como Reitor da Universidade, iniciada em dezembro de 2008.

Renovando protestos de apreço e consideração, subscrevo-me, Cordialmente,

Professor Dr. Dirceu de Mello,
Reitor da PUC-SP

A solidariedade da APROPUC aos professores em greve no Rio de Janeiro

A APROPUC - Associação dos Professores da PUC-SP vem a público declarar sua solidariedade aos profissionais da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro, em greve desde o dia 8/9. A defesa da construção de um plano de carreira e a incorporação salarial das gratificações são obrigações do Governo e o mínimo para garantir as condições de trabalho dos educadores, tantas vezes vítimas do arrocho salarial, da precarização e instabilidade do trabalho. No entanto, a resposta do governador Sérgio Cabral foi enviar a Polícia Militar para reprimir a assembleia da categoria em frente à ALERJ. Condenamos veementemente a ação injusta e truculenta que deixou mais de uma dezena de feridos. Essas cenas, dignas da ditadura

militar, ferem a liberdade de organização sindical dos trabalhadores, mas, acima de tudo, são um atentado à defesa de uma educação digna para todas as crianças e jovens do Rio de Janeiro. Repudiamos tal ação violenta do Governo do Rio de Janeiro, que mais uma vez demonstra a política de criminalização dos trabalhadores e da pobreza. A defesa dos direitos dos profissionais da educação é estratégica para a garantia de uma educação pública e de qualidade para toda a população. Educação não se faz com gás lacrimogêneo, nem com casquetetes. Solidariedade aos profissionais em greve e ao Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro.

Maria Beatriz Abramides
Presidente da APROPUC

Veja na página 6 cobertura da greve dos professores do Rio de Janeiro

MOVIMENTOS SOCIAIS

Polícia do Rio ataca professores da rede pública

Profissionais de educação do Estado do Rio de Janeiro sofreram violência policial, no dia 8/9, durante protesto que acompanhava a votação da PDL 2474. Durante a negociação para que um manifestante não fosse preso por desacato à autoridade, os policiais militares do Rio de Janeiro arrancaram cartazes, empunharam armas e lançaram bombas de efeito moral (oito bombas, segundo testemunhas) e dispararam tiros de bala de borracha. Onze manifestantes ficaram feridos, entre eles um fotógrafo.

O protesto aconteceu porque o projeto de lei incorporaria a Nova Escola aos salários dos professores em até seis anos, o que diminuiria o reajuste salarial para 7,5%. Os educado-

res do Rio de Janeiro, que recebem um salário médio de R\$ 610,00, querem a manutenção do aumento de 12% na mudança de nível do plano de carreira dos profissionais.

A professora Simone Bastos enviou um relato à diretoria da APROPUC sobre os abusos da polícia de Sérgio Cabral. Informou também que o SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro) entrou com uma denúncia no Ministério Público para apurar os responsáveis pela ação policial e os abusos cometidos. Por isso, professores e sindicato pedem para que sejam enviados e-mails à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (www.alerj.rj.gov.br) e ao Ministério Público do es-

tado (www.mp.rj.gov.br), pressionando a apuração do ocorrido no dia 8/9.

Além disso, a professora argumentou que essa não é uma luta isolada dos educadores da rede estadual, mas um problema da sociedade. "Afinal, quem paga os educadores? Não é você com seus impostos? Ficam as perguntas: como o governo tem a coragem de economizar com a educação e, em um único dia, destina cerca de R\$ 7,5 milhões para o evento de Athina Onassis no Jôquei Clube?", questiona Bastos. "Como o governo compra milhares de laptops dizendo que é para melhorar o nível da educação e fecha os olhos para os estudantes que estão sem professores desde fevereiro?", complementa.

**Intersindical
organiza
encontro
nacional**

Entre os dias 31/10 e 1/11 será realizado o Encontro Nacional da Intersindical, com o tema *Instrumento de luta, unidade da classe e de construção de uma nova central*. O encontro debaterá a crise econômica, as lutas e as mobilizações necessárias para a reorganização do movimento dos trabalhadores. No encontro também serão definidas as propostas de construção e continuidade da central sindical.

Para participar do evento deve-se entrar em contato com a Intersindical pelo telefone (11) 3101-3815, pela página virtual www.intersindical.inf.br ou pelo correio eletrônico intersindical@intersindical.inf.br. A sede nacional fica na Rua Riachuelo, 122, Praça da Sé, em São Paulo.

Grito dos Excluídos ecoa por todo país

Em 25 estados e no Distrito Federal, pastorais e movimentos sociais, organizações, centrais sindicais e militantes independentes foram às ruas no Dia da Pátria, 7/9, para chamar a atenção da sociedade para a crescente exclusão social no Brasil. Desta vez, a 15ª edição do Grito dos(as) Excluídos(as) denunciou a falta de ética na política e a criminalização das lideranças e dos movimentos sociais, sob o tema *Vida em primeiro lugar: a força da transformação está na organização popular*.

Segundo os organizadores, o tema pede que a

população excluída tenha participação nas decisões políticas que afetam diretamente suas vidas. Com a compreensão de que a democracia só será atingida quando a vida for colocada à frente dos interesses financeiros, que no período de crise econômica tende a se agravar ainda mais, cada cidade protestou contra os problemas considerados mais urgentes.

No estado de São Paulo, cerca de seis mil pessoas participaram das atividades, incluindo uma missa na Catedral da Sé. Após à cerimônia, os ma-

nifestantes caminharam até o Monumento do Ipiranga e levantaram as bandeiras dos trabalhadores, como emprego, melhores salários, moradia, terra e direitos sociais. No interior, no Santuário de Nossa Senhora Aparecida, cerca de 80 milromeiros participaram das manifestações que debateram violência contra mulheres, jovens e crianças. Também foi debatido o Golpe de Honduras e a criminalização dos movimentos sociais.

Já nas capitais do Amazonas e Mato Grosso, os problemas ambien-

tais foram o foco das manifestações. Em Manaus foi criticado a criação do Porto das Lages, obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a ser realizada na união dos rios Negro e Solimões, e em Cuiabá foi denunciado o agronegócio. Além de ser o principal destruidor da fauna e da flora, o agronegócio precariza o trabalho e gera violência. Na região, só esse ano, uma indígena e três trabalhadores foram assassinados em conflitos agrários e 200 pessoas foram resgatadas de trabalho escravo.

Resistência de Honduras pede ajuda internacional

A Frente Nacional Contra o Golpe de Estado em Honduras convoca o 1º Encontro Internacional Contra o Golpe de Estado, por uma Assembléia Nacional Constituinte, a ser realizado nos dias 8, 9 e 10 de outubro de 2009, em Tegucigalpa, Honduras.

O objetivo é criar espaços amplos de discussão sobre temas de interesse social, político e econômico de ordem internacional, e estudar as consequências que afetam toda a comunidade latino americana. Outra finalidade é criar grupos de trabalho que possam se integrar a diferentes organizações e

construir uma ação solidária internacional.

RESSURGIMENTO DO FASCISMO

Os organizadores apontam que, sob a sombra de

um golpe militar, o desejo dos poderosos que controlam a economia se tornou realidade: o ressurgimento do fascismo.

Por isso somente a luta de homens e mulheres li-

vres, progressistas, democráticos e revolucionários ao acompanhar a resistência hondurenha poderão encontrar o rumo para a libertação, descreve a convocatória do encontro.

Como participar do encontro

Os contatos com a organização do encontro podem ser feitos por telefone: Armando Licona (504) 7216-7200, Gilberto Ríos (504) 9885-6508 ou pelo e-mail encuentrohonduras@gmail.com. Cada delegação deverá cobrir os gastos de passagens e impostos de entrada e saída dos membros, e a inscrição é de 25 dólares por participante, com hospedagem, ali-

mentação e transporte inclusos. As inscrições podem ser feitas até o dia 30/9.

A programação inclui passeatas contra o Golpe de Estado, mesas de discussão, conferências, atividades de resistência cultural. No final do evento será publicado um documento com todas as deliberações do encontro internacional.

Entre os temas das conferên-

cias estão os antecedentes do Golpe de Estado, o processo de resistência, a perspectiva de luta e o papel do internacionalismo no mundo. As mesas de discussão abordarão temas como a crise financeira, movimento sindical, estudantil, meios de comunicação, mulheres, indígenas e outros. Até o dia 25/9 a organização estará recebendo novas propostas para as mesas de discussão.

Metalúrgicos entram em greve por campanha salarial

Trabalhadores de montadoras automotivas entraram em greve em todo o país. Na sexta-feira, dia 4/9, cerca de 8.500 trabalhadores da Volks-Audi e Renault-Nissan paralisaram os trabalhos. No ABC Paulista, sete mil trabalhadores da Ford, Mercedes-Benz, Scania, Karmanghia e Metal Leve também realizaram atos e paralisações. No dia 10/9, 8.000 operários da GM, de São José dos Campos, também pararam a linha de montagem por 24 horas. Somados, quase 30 mil metalúrgicos entraram em greve ao mesmo tempo.

Os protestos aconteceram porque as montadoras ofereceram apenas o

repasso da inflação, sem direito a aumento real. O bloco unificado dos Sindicatos de São José dos Campos, Campinas, Limeira e Santos, que somam 130 mil trabalhadores, prevê reajuste de 14,65% (sendo 8,53% de aumento real), redução de jornada para 36 horas, sem redução e sem banco de horas, estabilidade no emprego de dois anos e renovação e ampliação das cláusulas sociais.

Os encontros entre trabalhadores em greve e patronais não chegaram a um acordo. As montadoras ofereceram um reajuste de 4,6%. "O setor [automobilístico] que mais se beneficiou da ajuda do

governo com isenção de impostos fez demissões, está com um altíssimo ritmo de trabalho, vendas recordes e, apesar de tudo, fazem uma proposta indecente como essa", afirma o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Vivaldo Moreira, na página eletrônica da Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas).

UNIFICAR AS LUTAS

Luiz Carlos Prates, o "Mancha", da Secretaria Executiva da Conlutas, declarou, em matéria publicada na página da entidade, acreditar que os patrões e o Governo Lula

querem que o a classe trabalhadora pague pela crise. "Querem manter os lucros em alta e, por isso, se recusam a conceder um aumento real ao salário. Enquanto as empresas são beneficiadas com redução de IPI, subsídios e financiamento com dinheiro público, os trabalhadores são demitidos ou submetidos a um ritmo intenso nas linhas de produção. Temos que unificar as lutas para fortalecer nossa campanha", concluiu.

Outras categorias também estão em campanha salarial neste momento: petroleiros, construção civil, bancário e trabalhadores dos correios.

ROLA NA RAMPA

Estudantes da PUCCamp paralisam as aulas

Estudantes dos cursos de Ciências Sociais, Biblioteconomia, História, Filosofia, Teologia, Pedagogia, Serviço Social e Educação Física entraram em greve na quarta-feira 2/9 após assembléia geral. O motivo da paralisação é a mudança de prédio dos cursos de Ciências Sociais, Filosofia, História e Teologia. Os estudantes reclamam falta de estrutura física para comportar as aulas e falta de transporte interno (alguns cursos tem laboratórios e bibliotecas afastadas). Esses problemas tiveram promessa de resolução pela Reitoria no começo do ano.

Os estudantes também lançaram um boicote à praça de alimentação e uma carta manifesto unificada que pede o fim da mercantilização do ensino, um restaurante universitário, transporte interno, democracia na universidade e melhor assistência estudantil. O Benevides Paixão (Centro Acadêmico de Comunicação) e o CACS (Centro Acadêmico de Ciências Sociais) enviaram moções de apoio à luta dos estudantes de Campinas. Maiores informações no blog do Diretório Central dos Estudantes da PUCCamp www.dcepucc.wordpress.com.

13ª Semana de Arte Modesta

As reuniões organizativas da Semana de Arte Modesta continuam todas as quartas-feiras, às 18h30, no CA Benevides Paixão. Ano após ano, os espaços da universidade são ocupados e reorganizados pelas mais diversas manifestações artísticas: performance, teatro, dança, música, fotografia, grafite, desenho, poesia, vídeo e o

que mais pintar. O espaço será aberto para debates, oficinas, apresentações, festas, mostras, saraus, e tudo da forma mais pública possível. Em breve as inscrições de trabalhos estarão disponíveis. A organização é aberta a todos os que quiserem participar, de fora e dentro da PUC-SP. Outras informações: samodesta@gmail.com.

Debates sobre Idade Média

O Núcleo de Estudos em Medieval e Antiga da PUC-SP (NEMA-PUCSP) que foi organizado pelos alunos do curso de História com o apoio dos professores Álvaro Allegrette e Ettore Quaranta fará dia 17/09, às 18h, no Museu da Cultura,

uma palestra com Fernanda P. Prado, que falará sobre Idades Médias Contemporâneas, e com Thiago Fontana, que debaterá a Europa Bárbara Germânica dos séculos VI e VII: um novo horizonte de pesquisa histórica.

Grupo de Estudos da FEA

O Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia da FEA (PUC-SP) organiza um grupo de Estudos de Políticas para o Desenvolvimento Humano (PDH). A próxima reunião ocorrerá no dia 15/9, às

11h, na sala 500B, para discutir o ajuste e a política fiscal no plano Real: os entraves ao avanço da política social, com a professora Marcela Boscatti e o Planejamento das atividades do semestre.

Prosseguem as reuniões do Fórum das Seis

Na semana passada ocorreu mais uma reunião do chamado Fórum das Seis Entidades, que tem a participação de associações docentes da USP, Unicamp, Unesp, Unifesp, entre outras. O Fórum aprovou a elaboração de uma publicação para discutir o projeto de Educação a Distância do governo do Estado. A APROPUC participa desde o início das discussões como convidada e estará participando da feitura da revista

que pretende discutir o Ensino à distância de maneira didática, defendendo principalmente a valorização dos cursos presenciais e exercitando uma crítica contra os cursos à distância de formação inicial nas mais diversas áreas do conhecimento. A publicação também faz parte de uma campanha que o Fórum das Seis prepara para os próximos meses, em defesa do ensino presencial e o contra o projeto de Educação a Distância do governo Serra.

Seminário sobre Globalização

Os Programas de Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP e da UEL (Universidade Estadual de Londrina) organizam, entre os dias 14 e 16/9, o Seminário *Entre o Global e o Nacional, no contexto urbano/metropolitano*. O evento começa com o debate sobre a globalização e a crise do capitalismo contemporânea, no dia 14/9, às 19h30, na sala 134-C (Prédio Novo), e conta

com a presença dos professores Carlos Eduardo Martins (UFRJ), Lúcio Flávio de Almeida (PUC-SP), Ronaldo Baltar (UEL). A moderação será feita pelo professor Paulo Edgar Almeida Resende (PUC-SP). O evento segue no dia 15/9 com mais debates e no último dia, entre às 14h e às 18h, acontecem os Grupos de Trabalho com apresentação dos alunos da PUC-SP e UEL.

Qualificação em Libras na Derdic

Até 11/9 estão abertas as pré-inscrições para a Qualificação em Libras (Língua Brasileira de Sinais), promovida pela Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação da PUC-SP (Derdic). Esta qualificação pretende instrumentalizar os participantes para a comunicação em Língua Brasileira de Sinais,

ampliando o leque de oportunidades sociais e profissionais, favorecendo a acessibilidade social dos surdos. O curso é dividido em níveis básico, intermediário e avançado, e será oferecido em todos os campi. A coordenadora é a professora Maria Inês da Silva Vieira. Maiores informações no site www.pucsp.br.

Debate sobre diploma

O Centro Acadêmico Benevides Paixão e o Departamento de Jornalismo organizam um debate sobre o fim da exigência do diploma, enfocando a regulamentação da profissão de jornalista. A atividade ocor-

rerá no dia 15/9, às 19h, na sala 43 CA, e contará com presença do professor da PUC-SP José Salvador Faro, Marina Pita, da oposição dos jornalistas, e Caio Zinet, representante da Enecos.